

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 10 de agosto de 2022 - Ata n.º 80, antecipada para o dia 9 de agosto de 2022.

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às quinze horas e quarenta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Élio Rusch** (na função de 1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **80.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira. Solicito ao 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 79, de 9 de agosto de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Não há expediente a ser lido, vamos ao orador inscrito. Pela Liderança do Republicanos, Deputado Homero Marchese.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese (REP); Requião Filho (PT); Marcio Nunes (PSD); Soldado Fruet (PROS); Tadeu Veneri (PT); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste. Não podemos deixar passar essa condenação esdrúxula do Ex-Procurador da República Deltan Dallagnol que tanto dignificou o País ao liderar a *Operação Lava Jato* e é por isso que tem o apoio da maioria absoluta dos brasileiros naquilo que fez. E o Deltan, mesmo não tendo recebido um centavo e mesmo tendo sido introduzido no relatório da Tomada de Contas no último minuto possível, no último parágrafo do texto, acabou sendo condenado a devolver mais de R\$ 2 milhões e fica ameaçado de inelegibilidade. E tenho certeza de que os ministros do TCU estão com um calendário na frente de casa um, para tentar torná-lo inelegível até, dentro do tempo suficiente, que me parece que até a diplomação. Ele ainda tem o direito de recurso, vai apresentar o recurso para o Plenário do TCU, mas, infelizmente, por conta da natureza política dos Tribunais de Contas do Brasil, é improvável que ele consiga uma vitória no Plenário da Corte. O que também deixa claro, desde logo, como essa é uma pauta urgente no Brasil. Há necessidade premente de despolitizar os Tribunais de Contas – e falo sobre isso há bastante tempo. Dos quatro Ministros que o condenaram hoje, três foram investigados pela *Lava Jato* e um deles, o Relator, Ministro Bruno Dantas, é uma espécie de afilhado político do Renan Calheiros, o célebre Renan Calheiros. Talvez o Bruno Dantas esteja trabalhando em prol de uma indicação futura para um Tribunal Superior, do Poder Judiciário brasileiro e está mostrando serviços, digamos assim, para quem o colocou lá, que é seu padrinho político, o velho conhecido, Renan Calheiros. Os demais ministros da 2.^a Câmara do TCU: Augusto Nardes, equipes da Polícia Federal chegaram a cumprir um mandado de busca e apreensão na sua casa. Foi citado na delação premiada de Luiz Carlos Veloso, Ex-Subsecretário de Transportes do Rio de Janeiro. Veloso disse que despesas pessoais do Ministro foram pagas por uma corretora que recebia recursos de empreiteiras, como da OAS. Aroldo Cedraz, apareceu na delação do Ex-Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. O Ex-Governador disse ter procurado o filho do Ministro, o Advogado Tiago

Cedraz, para facilitar o retorno do empresário Orlando Dias à Presidência do Sistema Fecomércio do Rio de Janeiro. Antonio Anastasia, Deputado Arilson, o senhor vê como a *Lava Jato* não mirou em um Partido apenas, o Antonio Anastasia que foi um célebre Governador do Estado de Minas Gerais, pelo PSDB, hoje Ministro do TCU. Segundo os delatores Sérgio Luiz Neves e Benedito Barbosa, da Odebrecht, a empresa teria repassado R\$ 5 milhões em vantagens indevidas para a campanha de Anastasia ao Governo de Minas Gerais, em 2010. É de se lamentar que o sistema que tanto foi ferido pela *Operação Lava Jato* que foi, sem dúvida alguma, a principal operação de combate à corrupção na história do Brasil, esteja desenvolvendo a sua vingança a pleno vapor e a olhos vistos da população brasileira como um todo. É lamentável, e esperamos que o Poder Judiciário, quando chegar o momento, suspenda esse ataque contra o Deltan Dallagnol e outros Procuradores da *Lava Jato*. É importante mencionar que todas as unidades técnicas, quando se manifestaram no processo de Tomada de Contas, foram contrárias à condenação dos envolvidos. Todas. Tanto os Auditores do Tribunal de Contas da União, escolhidos por concurso público, quanto outras unidades que ali se manifestaram foram contrárias, mas a 2.^a Câmara do TCU, nessa perseguição implacável, busca prejudicar Deltan e outras pessoas para torná-las inelegíveis e afastar da vida pública, assim fica mais fácil para quem é mal intencionado continuar fazendo o que faz. Mas o segundo assunto que gostaria de tratar, muitos viram o debate da televisão que aconteceu há alguns dias sobre o Governo do Estado. Em primeiro lugar viram o despreparo de boa parte dos candidatos, esse é um problema quando a organizadora do evento deixa de fazer valer a regra que autoriza convocar apenas os candidatos dos partidos com mais de cinco Deputados no Congresso Nacional e convida todos. O debate fica improdutivo, mal se consegue perguntar e responder. Isso, aliás, aconteceu em alguns municípios do Paraná. Lembro que em Maringá aconteceu exatamente isso. Fomos para o debate de Prefeito – até o Deputado Dr. Batista concorreu comigo, eram 13 candidatos em um debate – e como é que você aproveita alguma coisa em um debate como esse? Mas, enfim, um dos principais temas tratados ali foi o pedágio, o velho e sempre pedágio. E me chamou a atenção a postura do candidato Roberto Requião, que foi o Governador do Estado, e disse que, na concepção de Roberto Requião, é

preciso adotar um pedágio, mas um pedágio público e de manutenção. Não lembro se o Ex-Governador Roberto Requião já havia mencionado isso antes. Mas, enfim, agora temos a posição do Governador Roberto Requião: ele gostaria de um pedágio público para manutenção. E é uma opinião que é defendida por muitas pessoas e é uma opinião que pode realmente ser discutida. E, aliás, lamento que nesses últimos anos não tenhamos feito esse tipo de discussão com qualidade aqui no Paraná, apesar da oportunidade. Mas temos um problema sério no Estado que é a falta de duplicação de muitas rodovias paranaenses. Hoje existem, por exemplo, 65 quilômetros de pista simples entre Curitiba e Maringá, 110 quilômetros entre Curitiba e Londrina, 190 entre Curitiba e Guarapuava, 220 entre Guarapuava e Cascavel, 50 quilômetros entre Cascavel e Foz do Iguaçu, totalizando 460 quilômetros de pista simples entre Curitiba e Foz do Iguaçu e 170 quilômetros de pista simples entre Cascavel e Campo Mourão. E o pedágio de manutenção ele não resolve essa questão. Temos pedágio de manutenção hoje, por exemplo, no Rio Grande do Sul. Existe uma empresa pública ou sociedade de economia mista, não sei ao certo no Rio Grande do Sul, que opera pedágio de manutenção e um custo médio de seis reais. Temos também um pedágio de manutenção na BR-101...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Homero, Deputado Evandro, depois um aparte.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Ok. Temos um pedágio de manutenção da BR-101, para as praias de Santa Catarina: são 356 quilômetros de extensão no lote, o pedágio vai durar 25 anos e já se passaram 14 anos e até agora não duplicamos um quilômetro sequer. É verdade que foram feitos vários quilômetros de pistas laterais, passarelas, terceiras faixas, trevos, mas não houve a duplicação de um quilômetro sequer, embora esteja sendo edificado o contorno de Florianópolis com uma extensão de 50 quilômetros. Então, precisamos fazer, e ainda dá tempo, esse debate aqui no Estado. Preferencialmente, gostaria de ver todos esses quilômetros de pista simples, aqui no Paraná, duplicados. E acredito que o pedágio de manutenção pode não responder a essa questão, especialmente porque ele abre a oportunidade para

que o orçamento estatal seja utilizado para fazer essas duplicações. E isso, na prática, pode acabar ficando mais caro e menos eficiente do que ser incluído no próprio contrato. Não tenho dúvida de que o contrato proposto poderia ser melhorado e muito, não tenho dúvida de que a quantidade de obra especialmente, Deputado Evandro, que foi prevista no contrato proposto, era muito além do que talvez precisássemos deste momento que leva o preço para cima, mas acredito que o pedágio de manutenção, simplesmente, pode não ser a melhor solução. Falo isso sem nenhuma malícia. Temos, então, algo em controverso. As principais forças políticas no Estado do Paraná agora admitem que o pedágio pode ser uma solução para fazer frente às despesas das rodovias diante da falta de dinheiro em caixa. E precisamos é avançar, ir além especialmente para atacar esse problema das pistas simples que temos no Paraná. Deputado Evandro, por favor.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Homero, entendo, não assisti ao debate então não sei o que foi dito sobre o assunto pedágio no debate. Ainda não vi, vou procurar ver. No entanto me preocupa o fato do momento que vivemos, uma taxa Selic que tem alta de novo, vivemos uma inflação alta, vivemos um momento macroeconômico muito complexo para que possamos tomar uma decisão. E o Estado Brasileiro, a União no caso, o Ministério de Infraestrutura e o próprio Estado do Paraná tome uma decisão acerca de uma concessão que pode durar 30 anos. Então, de fato é preocupante e penso que, talvez, fosse o caso de que tivéssemos um modelo transitório, buscando um momento de mais estabilidade para poder celebrar um contrato tão duradouro assim. Então, é um assunto que realmente merece ser debatido nesta Casa. Claro que o momento das eleições contamina o debate, mas precisamos falar disso, sim, senhor. Então, entendo que V.Ex.^a contribui quando traz o debate aqui.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Deputado Evandro! Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): O senhor tem razão nas suas colocações. Realmente, o momento econômico piorou muito em relação ao que tínhamos há um ano. Talvez o ideal fosse esperar mais um pouquinho para licitar um contrato tão longo como o contrato proposto de 30 anos. São questões que também deveriam e ainda podem ser debatidas, uma vez que nenhum lote foi licitado ainda, não houve assinatura de nenhum contrato e isso provavelmente ficará para o ano que vem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Gostaria de fazer um pedido a V.Ex.^a para incluir na próxima pauta, na semana que vem, o PL 313/2021, que trata sobre o consumo de água e energia. Ele já tramitou nas Comissões desta Casa, já teve parecer favorável. Gostaria de pedir a gentileza para V.Ex.^a. E, se possível, Presidente, desligar o ar quente aqui um pouco. Está muito quente aqui dentro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É que a temperatura está muito fria no ambiente, Deputado. Vamos aquecer um pouco. Nossos técnicos, por favor, reduzam a temperatura. Com a palavra, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, demais Deputados. Achei interessante saber que o Deputado Homero estava acompanhando o debate e prestando bastante atenção no Requião. Deputado Homero, só umas explicações. O que é um pedágio de manutenção? É um pedágio cobrado apenas para os serviços de manutenção. Aí o senhor falou de obras de duplicação. Só para refrescar a memória dos amigos, as grandes duplicações feitas no Paraná foram feitas pelo Roberto Requião por meio do Estado, com dinheiro do Estado, sem pedágio. O pedágio passou 25 anos roubando o Paraná e não fez as duplicações, mas quando falamos de pedágio e o pessoal fala que o Paraná agora não tem pedágio, acho que eles não prestaram muita atenção no que eles votaram aqui, Deputado Elio Rusch. O Paraná não tem

pedágio momentaneamente, porque todas as nossas estradas, Evandro, foram entregues ao Governo Federal. Todas. Tem uma condicionante na entrega? Não, não tem. Então, todos os Deputados aqui que se diziam contrários ao pedágio, que votaram pela entrega, talvez enganados ou por pura ingenuidade, não prestaram atenção no que estavam votando, porque o contrato foi encerrado por força de contrato e não foi renovado por força de lei, não por vontade do Governador. Mas já está em todos os *blogs* do Paraná, já está rodando as redes de notícia, que a ANTT, mais uma vez, atualizou o cronograma, terceiro pedido de revisão do atual modelo e o pedágio subiu de novo. Ele ainda nem foi implementado e a licitação prevista para 2023 sobe mais 27%.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Não tem zero porque o cálculo do pedágio já é feito. Não tem zero, Marcio Nunes, e não minta que é feito. Sua mãe não lhe ensinou? Sua mãe não lhe ensinou que mentir é muito feio? Existe um pedágio pronto para acontecer no Paraná e não aconteceu por causa do período eleitoral. Existe um pedágio calculado no Paraná, com pelo menos 15 novas praças, no lote 1, temos ainda os lotes 2 e 3, e o preço já foi corrigido novamente. Previsto para 2023, a ANTT deixou mais uma vez claro: o pedágio do Ratinho e do Bolsonaro de amanhã será mais caro que o pedágio do Jaime Lerner de ontem. Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Requião, quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento. Sou testemunha de que o Requião não instalou os pedágios do Paraná, foi o Jaime Lerner, Governador do Paraná, em 97. Na verdade, ele começou a propor o pedágio no Paraná quando ele era candidato a Governador e, em 95, em dezembro, foi aprovada a lei aqui nesta Assembleia. E só teve seis Deputados que votaram contra: o Deputado Romanelli e os cinco Deputados do PT. Foram seis votos contra. O pedágio então foi instalado a partir de 98. Quando o Requião foi eleito Governador em 2002, ele lutou, acompanhei os processos que ele ingressou na Justiça. Foram vários processos e a Justiça acabou não suspendendo os pedágios por conta do contrato draconiano que foi feito contra o povo do Paraná, com a ajuda da

maioria dos Deputados que estavam aqui naquela época. E hoje me admira Deputados que ajudaram a colocar pedágio no Paraná criticar o Requião. O Requião nunca... não foi ele que colocou pedágio no Paraná, foi contra, e não tenho dúvida de que, sendo Governador, o Requião fará bonito contra os pedágios, protegendo a população do Paraná.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Maurício, um aparte, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Por favor, Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Maurício, é uma pena que um assunto tão complexo, tão grave no nosso Estado, comece de novo a ser utilizado no processo eleitoral, sem um debate que possa ser de verdade produtor. O que esta Casa tomou de decisão aqui foi autorizar que seguisse um processo que as rodovias estaduais, PRs que compõem um terço do projeto das novas concessões, um terço, são 3 mil e 300 quilômetros, dos quais mil e poucos quilômetros são PRs. As rodovias não foram entregues, elas são autorizadas a fazer parte de um projeto que, se caso este projeto esteja à altura daquilo que o povo paranaense debateu em audiências públicas, debateu com a sociedade, se caso esse projeto esteja à altura, o Governador, o Chefe do Poder Executivo, se for o Governador Ratinho Junior, se for qualquer outra pessoa, possa ou não assinar um termo de convênio autorizando as rodovias estaduais apontadas a participarem da nova concessão. As rodovias não estão entregues, elas foram autorizadas a participar obviamente do projeto. No entanto, é um termo de convênio assinado pelo Chefe do Poder Executivo que poderá ou não obviamente colocar as rodovias estaduais. Lembrando que, do projeto em questão, dois terços são de BRs e que o que fizemos nesta Casa, ao longo dos últimos meses, foi debater com o Governo Federal alterando a proposta deles, porque a proposta deles, eles têm a maioria das rodovias e podem fazer o que bem quiserem com as BRs. Então, precisamos fazer um debate produtor na Casa. É essa a questão.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Vamos fazer, então, Deputado Evandro. E vamos ler o Projeto de Lei que foi votado, porque se a sua intenção era essa,

o senhor votou equivocado. O Projeto de Lei autorizou a entrega e o pedágio de toda e qualquer rodovia paranaense ao Governo Federal, sem nenhuma condicionante...

Deputado Homero Marchese (REP): Deputado Requião...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Nenhuma condicionante. E, dessa maneira, Deputado, só me deixa ler aqui, porque tem gente dizendo que não tem preço. Vamos lá. A versão atualizada do modelo econômico financeiro, o MEF, trouxe como resultado uma tarifa quilométrica simples máxima de 0,11791, aumento de 23.3%, representando um aumento real de 14,20% só nessa tarifa. O IPCA variou 7,97 no período de janeiro a outubro/2021. Ou seja, a tarifa já subiu e o que foi votado nesta Casa foi a entrega, sem nenhuma condicionante. *Ah, mas a minha intenção não era essa.* Pouco importa à lei a intenção, importa o que está no texto, e o texto diz: “Abrimos mão de nossas estradas e as entregamos ao Governo Federal, sem nenhuma condicionante”. Caso não sejam pedagiadas, o Governo ainda fica responsável pela manutenção. Senhores Deputados...

Deputado Homero Marchese (REP): Deputado, um aparte. Um aparte, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputado Homero.

Deputado Homero Marchese (REP): Acho que o senhor e o Deputado Lemos não entenderam muito bem a minha intervenção.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Não, a sua eu entendi. Já que o senhor trouxe o tema, coloquei aqui.

Deputado Homero Marchese (REP): Não fiz a minha intervenção para atacar a proposta do Governo Requião. Não, disse o seguinte: Olha, agora temos algo incontroverso. As duas principais forças em disputa nesta eleição entendem que precisa ter pedágio, porque entendem que o orçamento por si só não dá conta de manter as nossas rodovias. Até acho que a opinião do Roberto Requião foi um avanço em relação ao que ele defendia. Ele falou que

precisamos ter um pedágio de manutenção, porque o orçamento do Estado não dá conta. O que estou questionando é o seguinte: o pedágio de manutenção é uma tese a ser defendida, tem muita gente que defende, aliás. A pergunta que faço é: ele resolve os problemas do Estado? Penso na pessoa que sai de Curitiba e vai para Foz do Iguaçu, andando quase 500 quilômetros de pista simples. Como que fazemos para que isso não aconteça mais? Porque não pode ter pista simples de Curitiba a Foz do Iguaçu! Não é possível mais!

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Concordo com o senhor e gostaria de ver o Governo, inclusive, cobrando as pedageiras que receberam cinco vezes a mais por isso, segundo o Ministério Público Federal, para fazer essa duplicação, mas o Governo está mais preocupado inaugurando as obras de leniência do pedágio para fazer propaganda do que cobrar o que não foi feito. Era isso, Sr.^s Deputados. Obrigado!

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Maurício, não quer ouvir, não é? Se o debate é para acontecer tem que ouvir!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Nunes, pela Liderança do PSD.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado Traiano e Sr.^s Deputados. Senhores Deputados aqui presentes, é impressionante, não é! O desespero bateu nos adversários. Bateu! Mas, bateu com dó. Sabem por quê? Eles perceberam que temos o “zap” na mão! Eles estão falando de um pedágio que é zero, que você chega e pergunta para um motorista de caminhão que está passando hoje na rodovia: *Quanto é o pedágio no Paraná? Zero. No mês que vem? Zero. Há cinco meses? Zero. Mês que vem? Zero.* E eles estão dizendo que subiu! Será que eles não se flagraram até hoje que a mentira tem perna curta? Eles estão naquela historinha, estão naquela historinha o seguinte: *Tem pelo de gato, mia como gato e querem dizer que é jacaré. Mia como gato, tem pele de gato e querem dizer que é jacaré.* Então, não é possível, não é! Porque acho que isso é genético, não é! Disse que a mentira muitas vezes contada tem gente que acha que é verdade. Falaram que abaixa ou acaba: *Vai abaixar ou vai acabar.* Não abaixaram e não acabaram. Está sabendo o seguinte,

acabou o contrato do pedágio e o Governador Ratinho Junior teve a coragem de romper com o contrato mais caro, um dos mais caros do Brasil com muita tranquilidade. Vieram aí, esses que estão falando em pedágio, que vai subir, são os que devem estar a serviço das grandes empreiteiras, como sempre estiveram, em conluio, na hora em que falavam que abaixava ou acabava não abaixaram, não acabaram. Qual o tipo de acordo? Aqui não posso dizer o que foi feito, Jacovós, mas é muito engraçado, não é! *Abaixa ou acaba*. Não abaixou e não acabou. Agora, o Governador Ratinho vem com muita tranquilidade, escuta a população, a Assembleia Legislativa deste Estado teve uma importância muito grande, com Deputados de várias áreas, inclusive o Deputado Romanelli, fez um trabalho, o pessoal do Oeste, por meio do Deputado Marcel Micheletto e outros, e o Governo do Estado não aceitou o modelo do Governo Federal. Não aceitou! Foi o que aconteceu. Se tivesse aceitado o modelo, ele já estava vigente. E, garanto, o Governo já garantiu que enquanto o pedágio não for exatamente do jeito que o povo quer, não será. Primeiro, não aceitamos o modelo de outorga. O que era o modelo de outorga? Tinha um preço mínimo e acima disso, se todos dessem o preço mínimo, Evandro, quem pagasse mais tinha a vantagem e levava o pedágio. Como é hoje o modelo que estamos desenhando? É o preço mínimo – aquele que der o menor preço, fazendo as obras com transparência, vai ganhar. Então, aqui, povo paranaense, o pedágio no Paraná por enquanto não subiu e não vai subir porque o pedágio é zero. Qualquer um na matemática, Arilson, você que é um homem culto, erudito etc., sabe que 0×0 é 0. Mas, o Requiãozinho quer provar que 0×0 é alguma coisa. Infelizmente a matemática não permite! O pedágio no Paraná é zero. Então, o que acontece? Temos o “zap” na mão, que o pedágio no Paraná é zero, e enquanto não for do nosso jeito não vai ter! Agora, o cara quer dizer, *futurologicamente*, isso um dia vai subir. Para dizer o seguinte, que enquanto tiver guerra, pandemia, que a economia não estiver ajustada, o Paraná não vai fazer pedágio. O Paraná já arrumou recursos para fazer a conservação de estradas de R\$ 100 milhões, o Paraná está contratando as ambulâncias, está contratando guinchos para atender à população do Paraná. Não vamos fazer isso porque é uma desfaçatez, inclusive porque o nosso Governador tem uma pretensão maior no futuro, vai ter que fazer um segundo Governo, Tadeu, muito melhor do que o primeiro – o

primeiro já foi bom, o segundo será melhor ainda. Então, pode ficar tranquilo povo paranaense, porque não vamos fazer isso! Aí alguém chegou e falou assim: *Não, porque aumentou o número de praças de pedágio.* Onde que aumentou? Não aceitamos, não concedemos, não demos. Ninguém deu! Agora, eles, quando perceberam agora que já perderam a narrativa, porque toda a população todo o dia... Olha, o cidadão passa, Traiano, de moto, quanto que ele paga de moto? Pagava, não é? Dez ou quinze reais. Um carro? Vinte reais. Um caminhão? Cem. Uma carreta? Quinhentos reais. Quanto que os caminhões do Jonas Guimarães, que estão trazendo frango para exportação lá no porto, quanto que ele estão economizando a cada viagem? Mais de R\$ 1 mil. E para onde está indo esse dinheiro? Está indo para o bolso do povo paranaense. É por isso que a receita do Paraná aumentou, é por isso que o Paraná hoje é um dos estados mais fortes e crescentes na economia do Brasil, porque o dinheiro do pedágio que ia para o bolso da pedageira, o dinheiro do pedágio foi para o bolso do povo paranaense. É isso o que aconteceu! O povo paranaense com dinheiro no bolso, o povo paranaense comprando as coisas, o povo paranaense melhorando de vida e a Oposição revoltada, revoltada, triste porque falaram que abaixava ou acabava e não abaixaram e não acabaram e agora acabou, baixou, não fizemos um contrato emergencial, que era o normal, que não sei se outros estivessem no poder, se não teriam feito um contrato emergencial. Até acho que sim, porque falaram que abaixava ou acabava e não abaixaram e não acabaram e ainda conseguiram acabar com parte das obras. Então, isso é o Paraná. Mas, estamos muito tranquilos, o pedágio no Paraná é zero, o povo sabe, o povo está passando todo dia e não aceitamos qualquer modelo que venha prejudicar o povo do Paraná. Defendemos aqui o setor produtivo e quando o setor produtivo vai bem, todo o Paraná vai bem. Muito obrigado. Felicidades! Contem com o Governo do Paraná. E podem ter certeza de que o pedágio no Paraná é zero e $0 \times 0, 0$; 0×1 é 0 ; 0×2 é 0 ; $0 \times$ o número que for é 0 . Muito obrigado. Felicidades e fiquem com Deus!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Bancada Independente, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, rapidamente, é muito importante este assunto sobre o pedágio. O Deputado Marcio Nunes dizendo aqui que... Agora conseguimos entender por que não saiu a licitação do pedágio este ano, justamente para usar como bandeira política e dizer: Não tem pedágio no Estado do Paraná. Acho que um bom economista aqui, não sou economista, sou policial, sou soldado e hoje estou como Deputado, mas um bom economista faz projeções econômicas não em um ano, mas daqui cinco, seis, futuramente. E o que está se desenhando... então a ANTT está mentindo, não tem reajuste, não existem esses reajustes de 29, de 30%, não tem reajuste de 23%? O que não tem são praças de pedágio, mas já têm as tarifas. *Ah, não existem 15 praças de pedágio?* Então o Governador realmente é um mentiroso, porque votamos aqui, existe, sim, uma projeção de mais 15 novas praças de pedágio, são 42 praças de pedágio no Estado do Paraná. Agora, dizer aqui: *Não temos pedágio.* Com certeza. Hoje não temos o pedágio, mas as tarifas já temos e estão sendo reajustadas. Quando foi implantando aqui no Estado do Paraná, o Estado do Paraná, daqui cinco anos, com as projeções de inflação, reajustes e o degrau tarifário, será o pior Estado do Paraná para investimento. Isso é muita demagogia, vir aqui defender pedágio, falar que o pedágio está tudo certo, que não existe pedágio. Com certeza neste ano eleitoral foi preparado para não existir a tarifa de pedágio...

Deputada Mabel Canto (PSDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): ... mas quanto tiver a tarifa de pedágio, será pior. O Estado do Paraná será o pior Estado em investimento. As nossas cooperativas da nossa região, Deputada, lá, já estão procurando outros estados, a LAR, a Coamo estão indo para o Mato Grosso do Sul. Por quê? Porque o Estado do Paraná vai ser bom? É claro que não! O que é isso, gente? Parem de demagogia, parem de mentir para o povo! Isso é uma mentira, dizer que não tem pedágio no Estado do Paraná. Então, o que está acontecendo, o que a ANTT está fazendo? O que está sendo construído no Tribunal de Contas da União? Não é nada lá, não terá pedágio? *Ah, mas o Governo, se vier ruim, o Governo não vai assinar.* Olha, peço a baixa aqui se o Governo não assinar, caso lá na frente, peço a baixa aqui. Duvido, duvido se o Governador Ratinho

Junior não vai assinar esse pedágio, caso ele ganhe a eleição, não vai assinar os pedágios aqui no Paraná. O que é isso, gente? É muita mentira para o povo paranaense! Pois não, Deputada.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Obrigada, Deputado Soldado Fruet. Só queria lembrar inclusive à Base do Governo que em 2019, quando se iniciou o mandato do Governador Ratinho, a SEIL, Secretaria de Infraestrutura e Logística, com o DER, participaram da construção desse novo modelo do pedágio, com o Governo Federal. Então, é importante que lembremos que houve uma participação do Governo desde o início. Agora, parece que alguns se esquecem disso. Foi feito tanto discurso de que o pedágio seria a melhor coisa do mundo e quando se apresentou uma proposta que não caiu bem na opinião pública, aí: *Opa, vamos “sair de fininho”*. A SEIL não tinha mais nada a ver. Daí, agora, vamos ver se o modelo que está sendo apresentado será bom e se não for bom não vamos concordar. Então, só para lembrar esses esquecidos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois é, *recordar é viver*. Zero, zero, é o respeito que esse Governador do Estado do Paraná tem para com os paranaenses.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Permite-me um aparte, Deputado Fruet?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois não.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Acho estranho o que está acontecendo. *Beijou na boca, andou de mão dada na rua*, colocou o relacionamento sério no Facebook, postou fotinha e agora disse que nunca teve nada como o pedágio. O que é isso? O modelo do pedágio foi criado aqui no Palácio do Iguaçu, aqui, do ladinho. Tem um edital que saiu da SEIL, do seu Sandro Alex. Ele que escreveu o edital com o pessoal do Governo Federal. O que está andando lá na ANTT? *Caiu do céu* o modelo de edital que está na ANTT? As praças só não estão funcionando por causa da mobilização do povo paranaense e desta Casa aqui também, de todos, inclusive. Só não tem pedágio no Paraná porque na hora certa nos unimos e travamos, porque se fosse do gosto do Governador

não tinham só 27 praças, tinham 42 já. Tinha uma tarifa, Fruet, mais cara do que está, que tinha 35 anos de contrato. É isso o que eles querem. Agora, vem aqui, vamos *resetar*, apagar, nunca existiu. Gente, estamos falando das pessoas, não estamos falando de peixe, que tem memória instantânea e some tudo o que tem no seu registro. O pedágio do Paraná é um caso concreto. Existia um pedágio, a praça física não foi demolida. Por quê? Porque tem intenção de voltar. Por que não destruíram as praças, então, arrancaram tudo? Por que o Governo Federal junto, que é tão próximo, faz churrasco no final de semana, anda de *jet-ski*, por que agora não derrubaram as praças? Libertem, então, o povo do pedágio, porque não é verdade. Pede a baixa do processo que está na ANTT. Pede o cancelamento do edital. Tire o provo dessa penumbra. Agora, sabe por que não vai ao debate, Maurício? Porque se omite da verdade. Agora, vem com esse discurso que não existe pedágio. Não tem pedágio temporário. Sabem o que acontecia? Eles prometeram o seguinte, você ficou ganhando 12, 16,50 que era a tarifa do pedágio em 24 anos. Vamos fazer uma proposta para você, se você topa. Vamos deixar você um ano sem ganhar nada, mas depois você vai ganhar, por 34 anos, 18,50. Você topa? Claro que toparam. Agora querem enganar o povo. Só que no dia 2 de outubro tem uma coisa que é muito maior do que a vontade dos governantes, é a vontade do povo. Vamos contar para a população do Paraná a verdade sobre o pedágio. A verdade sobre o pedágio é que se teve a intenção na vida do Governo do Paraná, foi piorar. Tenho o *print* da postagem do Governador Ratinho Junior defendendo o legado do pedágio no novo edital, 44 bilhões de obras e investimentos. De onde ele tirou isso, então, se não ajudou a criar? Como é que não defendia? Por isso, Fruet, parabéns pela sua fala e da Deputada Mabel, porque o pedágio é uma realidade, está momentaneamente parado, por uma opção política de medo de derrota nas urnas.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Obrigado, Deputado. Para encerrar, Senhor Presidente. Para encerrar. Para encerrar.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Um aparte?

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Só um minutinho. Participei da CPI do Pedágio. Tivemos a oportunidade aqui de ver todos os Governos. Já tive aqui a oportunidade de ver o Governo, que acabou de falar aqui, que é do PT, do Governo que agora está com o Requião, que é do PT também, falando que iam acabar como pedágio, iam acabar. Moro em uma região agrícola, muita agrícola, em Cascavel, de onde as cooperativas precisam que realmente não tenha o pedágio. Agora, não podemos ser demagogos, não, porque no Governo anterior do PT foi construído o pedágio no Brasil. Foi construído, foi dada a estrada do Governo Federal para construir o pedágio. Então, se não presta para o Governo do Estado, presta para o outro Governo. Esse momento, Fruet, não é o momento de fazer essa discussão. Por quê? Porque infelizmente aqui já começou a ala eleitoral aqui no Plenário. Já começou. Um tem um potencial de voz e outro tem outro. O que precisa é ter consciência. O Governo que bate aqui hoje, no dia de amanhã ele está falando que é contrário, mas, rapaz, vai entregar de novo as estradas. O Governo Federal que está brigando para poder tirar o outro Governo, já deu estradas em outros estados para construir. Então, só para clarear, tive a oportunidade de participar dos dois governos e sei como é o jogo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Está ok, senhor, senão o Presidente *vai me bater* aqui.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Não. Não vou. Vou ser bem rápido. Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento. Agora, ele é um pouco intempestivo porque o momento, agora, é de palanque político, lógico. Então, sou contra. Vamos pôr a mão na consciência de uma vez por todas, o mundo não vive sem o pedágio.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Compreendo o senhor.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Lugar nenhum do mundo vive sem o pedágio, porque o Estado não tem condições de cuidar das nossas ruas, das nossas estradas e assim por diante. Modernamente vamos, nós talvez não, os nossos netos vão assistir a isso. Então, o momento agora do abaixa ou acaba, do tira, não é essa a questão. Nem é a questão do debate. O debate teria que

fazer um exame psicotécnico depois na saída, daquele pessoal que estava lá. Nunca vi uma coisa igual, com raras exceções. Escolhi duas exceções que todo mundo sabe quais são, porque o resto é de assustar, mas não é essa a questão. Agora, na campanha política não é do vale tudo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Mas Deputado, compreendo. Compreendo. Deixe-me terminar.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Não vale tudo. Todo mundo quer que volte o pedágio, mas com preço justo. Mas volte o pedágio porque ele não vai acabar. Ninguém vai acabar com o pedágio, não tem como.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não queremos acabar com o pedágio. Queremos acabar com a mentira que falam sobre o pedágio.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Com a mentira concordo que tem que acabar.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): É a mentira que quero acabar, aqui, não é o pedágio. Na verdade, queria acabar com o pedágio, mas pelo menos a mentira quero acabar aqui.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Mas não sei qual é a mentira.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): A mentira é falar que não terá pedágio. Não tem pedágio, é 0, 0, é claro, na eleição não vai ter mesmo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, a discussão está tão boa que até o som acabou cessando. Um minuto para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só para concluir. Um minuto para concluir. Muito obrigado às intervenções aqui. Não iria falar, mas quando ouvi o meu colega, o Deputado Marcio Nunes, que claro tem que subir aqui, tem que defender o Governo, mas pelo amor de Deus, não pode subir aqui e falar: *Não tem pedágio. Ninguém está falando de pedágio.* Temos que falar sobre o pedágio, sim. Esse pedágio vai assolar o nosso Paraná aqui por mais 30 anos.

A única coisa que o Governador Ratinho Junior falou quando foi lançar o pedágio, que falou a verdade, é que *a mentira é a arma do covarde*. Esse Governador aí é um covarde. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, como é que *dá baixa* aqui da Assembleia?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Dar baixa?* Vossa Excelência pretende baixar quem aqui na Assembleia?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não. Não quero baixar, não. Só quero saber como dá. Oh, Fruet, quem *dá baixa* aqui na Assembleia é o povo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, não pretendo entrar nesse debate sobre o pedágio, Deputado Maurício, porque lembro muito, eu não era Deputado, o Deputado Nelson Justus estava aqui, o Deputado Traiano, o Deputado Nelson Justus, quando o Governador Lerner tentou a reeleição, tentava a reeleição em 1998. Fez uma pesquisa e a pesquisa mostrava que ele perderia a eleição por conta do pedágio. O senhor lembra-se disso. O que fez o Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury? Um projeto reduzindo 50% do pedágio e levou para o Lerner assinar. Não é isso, Deputado Elio? Levou para o Lerner assinar e o Lerner se recusava a assinar, ficou roxo, vermelho, amarelo, azul, porque não podia. Como que ele iria baixar uma lei da Assembleia, 50% do pedágio: *Totalmente, institucional, para a minha história, para a minha biografia, para não sei o que mais*. Segundo contam as lendas, teriam ouvido que, ou ele assinava, ou perdia a eleição. Ele foi reeleito. O que aconteceu na sequência? Logo depois de sua eleição, aumentou em mais de 50% o pedágio novamente. Então, é um tema que não adianta ficar conversando sobre hipótese. O que vamos ver a partir do ano que vem, se o Governo continuar o mesmo, não sei se vai continuar ou não, é pedágio, é venda da segunda maior geradora de energia elétrica do Sul do Brasil, que é Foz do Areia, que gera 32% de toda a

energia da Copel, mas já está colocada como SPE, há dois anos foi colocada como uma SPE, separada, dentro da *holding*, mas separada da Copel, é venda da Compagas, é terceirização mais acentuada. Não entendo por que esse debate, Soldado Fruet, é feito dessa forma, como se tivesse um biombo. Os Deputados sabem qual é o perfil do Governador Ratinho, é liberal, se depender dele vende tudo, se depender, aliás, não só dele, do Ex-Governador Carlos Alberto Richa, o seu Secretário, e todos lembram aqui, o seu Secretário veio aqui e falou: “Se depender de mim, vendo Copel e Sanepar”. O Secretário Renê é um pouco mais, talvez, um pouco menos enfático, mas o caminho é o mesmo. Os Governos são alinhados com Jair Bolsonaro, são Governos que pretendem realmente fazer isso. Ou não estamos seis anos sem reajuste, mesmo com 8 bilhões o ano passado de superávit? Nós não, os servidores públicos, porque aqui ainda se faz o reajuste. Ou não estamos vendo as tarifas de água e de energia elétrica subirem muito acima da inflação? Ora, parece que de repente voltamos a fazer um debate, Professor Tercílio, como se as universidades estivessem recebendo *rios de dinheiro*. Mas não é, é o perfil do Governo. O Governo, sempre digo aqui, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, quem fez o plano de Governo? Não foi o G-7? Quem é o G-7? Não são as Federações, Confederações e a Associação Comercial do Paraná? Fizeram, fizeram, inclusive pago pelo G-7 para que a Fundação Dom Cabral fizesse. E o que dizia o G-7 aqui? Dois anos antes da eleição do Governador Ratinho, ainda durante o Governo do Governador Carlos Alberto? Mandou uma carta para cada um dos Deputados dizendo que não poderia reajustar servidores públicos. Então, é um debate meio estéreo, importante, interessante, animado, para uma terça-feira, Sr. Presidente, mas não vai resolver. Esta é a linha do Governo. Só me preocupo que não seja dita de forma transparente, Deputado Nelson. Se for dito de forma transparente: *Olha, vai ter pedágio, vai ser assim...*

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência me concede um aparte bem rápido?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Quero concordar com V.Ex.^a em tudo, aliás, V.Ex.^a é bastante preparado e sério. Essa é uma discussão

completamente fora de hora, que não vai levar a nada, todo mundo sai para animar a terça-feira mesmo, para animar a terça-feira, é muito bom para isso, mas só para isso. Apenas para V.Ex.^a guardar no seu, não houve Projeto de Lei nenhum aqui da Assembleia, porque realmente seria totalmente inconstitucional, foi uma decisão do próprio Poder Executivo a redução do pedágio de 50%. Isso foi uma decisão do Governo, não foi da Assembleia não, a Assembleia não faria um Projeto desses. Mas, por que lembrar isso agora? Vai resolver alguma coisa? Nada. Quero ver o povo daqui a dez anos sem pedágio.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Nelson Justus, pela correção inclusive. Realmente não houve o Projeto, houve apenas um aconselhamento, o Deputado Aníbal fez um aconselhamento ao Governador Jaime Lerner, que pelo menos foi o que nos informaram, obteve todas as cores do arco-íris, ficou de todas as cores.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Vou lhe passar o aparte, depois só quero fazer uma colocação. Pois não, Deputado Michele.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Deputado Tadeu, a bem da verdade, fiz parte durante todo o período do Governo Beto Richa, saí no mesmo dia que ele, fui Secretário de Estado da Saúde com muita honra, posso lhe assegurar que em nenhuma reunião do secretariado, nenhuma reunião estratégica do Governo teve a menor menção a qualquer privatização ou venda da Copel e da Sanepar. Isso, inclusive, o Governador ainda em campanha do seu primeiro mandato, foi acusado por alguns adversários de que ele iria fazer isso, ele assumiu compromissos públicos e honrou. Se algum Secretário, que tem o direito de ter esse pensamento, disse isso aqui, disse por pensamento dele, talvez até por excesso de sinceridade do que ele pensa. O que o Secretário disse aqui poderia ser o que ele pensa, mas não era o que o Governo pensava. Obrigado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Michele. Exatamente foi o que falamos aqui, falei, o Secretário quando esteve aqui, e aqueles que eram Deputados lembram, falou: “Por mim, vendo a Copel e vendo a Sanepar. O Governador não quer. Eu vendo Copel e Sanepar”. Foram essas as palavras do Secretário do Governador Beto Richa. Mas quero aqui também fazer apenas uma ressalva e uma lembrança. Deputado Homero, desculpe, peguei só uma parte da sua intervenção a respeito da decisão do TCU, mas ouvi quando o senhor falou que o TCU: “Ministro tal é julgado pela *Lava Jato* por isso, o Ministro “X” é julgado por aquilo”. Mas isso não faz com que o Sr. Deltan Dallagnol deixe de ter usado as diárias. Os Ministros podem ser o que vocês quiserem. O Deltan usou ou não usou as diárias? Para ele é tão simples, é advogado, homem que quase, como falei várias vezes aqui, não caminhava, ele levitava, ele estava tão cheio de si que ele levitava. Quando falamos aqui que ele havia comprado em Ponta Grossa duas casas do programa *Minha Casa, Minha Vida* para especular, porque especulou e vendeu na sequência, não teria sequer o direito de comprar, porque é para baixa renda, ele falou que tinha todo o direito porque tinha dinheiro. Quando comprou seu apartamento aqui no Juvevê, também questionamos, os valores do apartamento são significativos, aliás, comprado de pessoas ligadas a um Ex-Procurador, também são significativos. *Eu tenho dinheiro, eu compro*. Quando mobiliou, e o mobiliário também é bastante significativo. Então, não se questiona o TCU, o que se questiona é: Eles julgaram por provas ou por convicção? Porque o Sr. Deltan julgava por convicção, o Sr. Deltan combinava resultados com o Sr. Sergio Moro, o Sr. Deltan, com os demais Procuradores, dizia que era divertido ver os Nove Dedos, isso está nos áudios e que nunca foi negado. Então, não adianta, você faz achando que é eterno, mas não é eterno, as coisas uma hora vem, e vieram. Não sei se o Sr. Deltan vai ficar inelegível ou não, não tenho leitura jurídica para isso, Deputado Guerra, a verdade é que o *hipermoralista*, o homem que era seguidor de Jesus, que, aliás, estava no seu perfil: *Marido apaixonado e seguidor de Jesus*. Agora, terá que se achar, não com Jesus, nem com o marido apaixonado, vai ter que se achar com o Judiciário, que ele mesmo corrompeu muitas vezes, ele mesmo julgou sem provas, ele mesmo fez os *Power Points*, ficando famoso com os *Power Points* para destruir

reputações. E agora não sei do que reclama. Você *põe fogo no mato e depois não quer se queimar*. Parece incrível, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Parece incrível que o Sr. Deltan Dallagnol e algumas outras pessoas que estão hoje sendo acusadas reclamem daquilo que sempre acusaram, só que acusaram sem provas, e agora estão sendo acusadas com provas, essa é a diferença. O Sr. Deltan Dallagnol não tem absolutamente nada do que reclamar, aliás, tem todo direito, como teve, do contraditório, da defesa, coisa que ele não deu direito aos outros. Ele colocou Lula na cadeia por convicção, ele será cassado por provas, esta é a diferença. E vai fazer o quê? Vai chorar para quem? Vai reclamar para quem? Vai colocar novamente, talvez, pessoas da sua família para fazer que com um mandado de segurança assuma cargo que não poderia ter assumido nem como Procurador? Não sei. Mas a verdade é que hoje, hoje estaria inelegível. Obrigado, Sr. Presidente. A Justiça tarda, mas ela... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Tarda, Sr. Presidente, tarda, mas às vezes vem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra o ilustre Líder do Governo para a sua fala.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Por amor ao debate não posso deixar de fazer o meu comentário aqui, mas o meu comentário não será, como diz V.Ex.^a, o Deputado Requião Filho, que ele sempre fala que ele é *muito ácido* nos seus comentários e até quem sou eu para aqui dar orientação a Vossa Excelência. Mas, acho, Deputado Requião Filho, não vou dizer que é um crime o que vocês estão fazendo com o seu pai, mas acho que V.Ex.^a é que deveria ser candidato a Governador. Vossa Excelência que deveria fazer esse debate com o Governador Ratinho Junior, porque V.Ex.^a aqui fala bastante, exala bastante, é

muito ácido nos seus comentários e eu que conheço também o seu pai, fico imaginando ele em um debate com aqueles candidatos que todos vimos. Um homem que já contribuiu, por três vezes, como Governador do Estado do Paraná, com mais de 80 anos, depois de uma situação de saúde e que vemos visivelmente que está um homem mais cansado daquele homem ativo, combativo, que a vida toda foi, e vocês colocarem esse Ex-Governador que já as duas últimas eleições o povo paranaense já disse que não quer mais, novamente para fazer um embate. E novamente falar de pedágio. O homem que mais falou de pedágio neste Paraná e não conseguiu resolver foi o seu pai. Então, acho que seria muito mais importante V.Ex.^a ter esse raciocínio. Você como um jovem é que deveria participar dessas eleições, porque mais uma vez vocês vivem nessa bolha, como sempre tenho dito, do passado. E o mundo mudou, as coisas mudaram. E aqui quero fazer também um relato com relação a esse tema do pedágio com o Líder da Oposição. Deputado Arilson, não fugimos nenhuma vez, ainda mais quando Líder, do debate, de ouvir. O Governador tem ouvido, sim, o setor produtivo. Ouviu esta Casa, as audiências públicas que V.Ex.^a presidiu. Fomos juntos à ANTT e lá no Tribunal de Contas da União. O Governador está participando, ouvindo e sendo muito coerente, maduro com esse tema. Agora, estamos trazendo isso para o debate político de campanha. Temos que ter maturidade, cautela. Vossa Excelência faz aqui alguns discursos e estive ao seu lado, estamos participando. Em nome do Governo, fui junto. O Governador está aberto a fazer esse debate. Viver sem pedágio, para os próximos 20, 30 anos no Estado do Paraná, no Brasil, como disse aqui nosso decano Justus e como ouvi também aqui o Deputado Homero, vocês acham que vamos conseguir, o Estado do Paraná ou qualquer estado brasileiro, que tem um setor produtivo tão importante, relevante para o Brasil, que vamos viver sem pedágio para o resto da vida aqui no Paraná? Que hipocrisia é essa? Agora, não está tendo pedágio. Todas as praças que estamos passando estão abertas. Não existe isso hoje. Não tentem colocar no Governador a culpa de um possível aumento do pedágio. Ele não controla a economia. Ele não controla tudo isso, a questão macroeconômica dos aumentos, da inflação. Agora estamos fazendo um debate aberto. Se não for bom para o Estado do Paraná, o Governo Federal toca a sua vida e nós tocamos a nossa. Agora, achar que não vai existir, para o futuro, estradas

pedagiadas? Nem o setor produtivo não quer isso, porque sabe que será deprimente. É impossível manter as estradas do Paraná ou do Brasil se não tivermos um convívio com o pedágio, como o mundo todo convive. Então, esse pleito que trazemos para cá que é uma questão de campanha política, e aí peço mais uma vez essa maturidade de V.Ex.^a Líder da Oposição, estivemos juntos, caminhamos juntos, fomos lá ao Tribunal de Contas da União, estamos construindo algo que possa ser importante para o Paraná. Estamos ouvindo o setor produtivo, a sociedade paranaense, mas o desespero de uma campanha política está ultrapassando a racionalidade.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... a racionalidade. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Micheletto, quero dizer que esse assunto do pedágio é um assunto que tem que ser discutido a todo momento. Mas ele vai acontecer, realmente, no ano que vem. E aí vamos ver quem será o novo Presidente da República. Vamos ver quem será o novo Governador do Paraná, espero que seja o Governador Ratinho Junior. Enfim, é um assunto que precisamos debater de todas as formas, trabalharmos para que ele tenha preço justo para a população do Paraná. E tenho certeza de que nem o Governo Federal, nem o Governo Estadual, nem a Assembleia Legislativa, nem os Parlamentares lá em Brasília querem um pedágio naquele modelo que tivemos no passado. Com certeza, haveremos, sim, de ter um novo modelo de pedágio, um modelo com preço justo, um modelo que venha atender aos anseios da população do Paraná. E, lógico, como temos eleições agora em outubro, cabe à nova Assembleia, ao novo Congresso Nacional, ao novo Presidente ou ao mesmo, ao Governador do Paraná, tomar essas decisões que serão fundamentais para os próximos 30 anos para a população do Paraná. Obrigado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): É bem isso, Nelson.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel, temos pela frente o processo eleitoral e esse assunto não podemos, para o bem do povo do Paraná, utilizar de maneira descuidada o tema do pedágio, porque sabemos o que já aconteceu ao longo da história do nosso Estado em relação a esse assunto. No entanto, temos em nosso favor a necessidade de que para que o Paraná participe do Projeto das novas concessões, que é do Governo Federal, a construção, sim, obviamente o DER foi convidado a conhecer e participar do processo, mas a proposta é do Ex-Ministro Tarcísio, do Governo Federal da proposta, mas temos a nosso favor a necessidade de que o Poder Executivo do nosso Estado, o Chefe do Poder Executivo, assine um termo de convênio, celebre um convênio deixando as rodovias estaduais participarem do processo todo. Então, dizer que isso, de fato, o debate tem que acontecer, tem que continuar. É preciso que a Frente Parlamentar continue fazendo o seu papel. Questionamos, no TCU, apontamos 33 pontos de fragilidades no processo. Queremos ver o que o TCU vai fazer com aquilo que produzimos. Agora, tenho uma convicção, Deputado Marcel, o momento econômico atual, a macroeconomia do Brasil, toda a logística de insumos que temos e todo anúncio já de atualização da inflação, de tabelas de insumos, de fato, é um momento preocupante para celebrar qualquer convênio e muito mais ainda para poder licitar, para poder ter um leilão de concessões. Então, penso que essa questão terá que ser profundamente debatida por esta Casa, pela Bancada Federal, os Deputados Federais não podem ficar em silêncio em relação a esse assunto e nem o Senado Federal. O Senado existe para esses momentos. Quem quer ser Senador tem que estar atento a isso. O Senado existe para discutir temas relevantes, temas estruturantes, temas que afetam, de maneira profunda, a vida da população. Então, todos nós, sociedade paranaense, temos que debater esse assunto.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Deputado Estadual Marcel, só um aparte para dizer o seguinte: em todos os momentos que a Oposição vier dizer que o pedágio subiu, vamos aqui rebater e dizer não, porque não subiu. Então, nós aqui não estamos mentindo. Eles estão dizendo que subiu. Não subiu. Só isso.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E o que vejo, Deputado Marcio, e até mais um conselho para a Oposição. Isso mostra a fragilidade e o desespero de tentar buscar um tema que o candidato Requião é o que mais será afetado com isso, porque ele não abaixou e não acabou. É o que mais apanha nesse sentido, porque foi a pessoa que sempre falou sobre esse tema e não conseguiu concretizar. Então, por isso, para finalizar, precisamos aqui ter maturidade, ter racionalidade. Vamos trazer para esta Casa, com o setor produtivo, com as entidades de classe, e garantimos isso porque temos um Governador... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Entendo que esse debate é maior do que esse debate inflamado aqui, muitas vezes, ácido, aqui na Assembleia Legislativa, porque vemos a fragilidade e a emoção de trazer esse tema para o debate e que a Oposição, muitas vezes, mostra sua fragilidade com esse tema que estamos trazendo. Então, queria mostrar mais uma vez que precisamos, aqui, ter capacidade de entender que isso não pode ser levado para um debate de campanha política de forma – não vou dizer *chula* – mas faltando aqui com a maturidade tão importante que esta Casa precisa ter. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins

(REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (UNIÃO), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) **(50 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa:** Luiz Claudio Romanelli (PSD), função administrativa **(1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa:** Nereu Moura (MDB), Ricardo Arruda (PL) e Tião Medeiros (PP) **(3 Parlamentares).]**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 116/2020, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que altera dispositivo da Lei n.º 19.832, de 1.º de abril de 2018, que prioriza o atendimento de doadores de sangue raro e fenotipados convocados pelos bancos de sangue do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, da Comissão e Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Já de conhecimento dos Deputados. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr.

Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Nereu Moura, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 116/2020. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Evandro Araújo e Marcio Nunes.)**

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O meu voto é “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, ok. Vamos considerar seu voto “*sim*”. Deputado Evandro Araújo, voto “*sim*” também.

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 689/2021, de autoria dos Deputados Goura, Tadeu Veneri, Requião Filho, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Michele Caputo, Ademir Bier e Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre as penalidades administrativas contra a prática de ato discriminatório por motivo de raça ou cor. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral, ressalvada a subemenda. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos no Item 2, Deputado Marcel. O senhor deve estar com a pauta anterior.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, houve um pedido de vista realmente a esse Projeto. Estava até conversando sobre ele agora, na CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não fomos informados do pedido de vista, portanto... a não ser que haja um acordo entre... **Então, está retirado o Projeto.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 276/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná a Festa da Costela ao Fogo de Chão de Iguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Já de conhecimento dos Deputados. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 276/2022.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 816/2019, de autoria da Deputada Cristina Silvestri e dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher (SEAM), destinado a fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho, família e valorização da mulher. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (35 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (19 Deputados).*]
Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 816/2019.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 13/2022, de autoria dos Deputados Maria Victória e Tiago Amaral, que institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de

Turismo e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*”. Atenção, Oposição, voto “*não*” ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Artagão, Bazana, Delegado Fernando, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Goura, Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (34 Deputados); Votou Não:* Professor Lemos (1 Deputado); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Nereu Moura, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (19 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 13/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Arilson Chiorato.)**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 16/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Direitos Humanos e a Cidadania. Substitutivo geral da CCJ.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero que o senhor registre meu voto contrário também. Tentei votar aqui no aplicativo. Por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Será registrado. Instituir no âmbito do Estado do Paraná o Dia do Combate ao Assédio institucional contra mulheres. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, seu voto.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Estou tentando votar “*sim*”, mas está difícil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Vou registrar seu voto então. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Nereu Moura, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 16/2022.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra Sessão Ordinária

para segunda-feira, dia 15 de agosto de 2022, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 641/2019, 116/2020, 565/2021, 9/2022, 152/2022 e 276/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 816/2019, 13/2022 e 16/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 374/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h51, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)